

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ocupação irregular de pesqueiros é discutida hoje

Estudo apontou que aproximadamente 400 pesqueiros estão irregulares

RODRIGO SOARES / Redação DS

Com o objetivo de debater publicamente a ocupação irregular das áreas de reserva legal e preservação permanente do assentamento Antônio Conselheiro, principalmente por pesqueiros instalados às margens do Rio Sepotuba, uma audiência pública será realizada nesta terça-feira, 13, em Tangará da Serra.

O ato, que será promovido pelo Ministério Público Federal (MPF), acontecerá a partir das 14h no auditório da OAB. De acordo com o diretor da Unidade Des-

concentrada da Secretaria de Meio Ambiente (Sema) em Tangará da Serra, Jeferson Zucchi, a audiência será o momento para definir as diretrizes a serem adotadas para que haja a regularização das áreas.

“Esse ato será importante para que todos tomem conhecimento, será

“
Esse ato será importante para que todos tomem conhecimento

o primeiro passo. A partir disso, vão definir as normativas de regularização, visando a preservação das Áreas de Preservação

Permanente”, relatou o diretor, destacando que a situação será debatida com todos os órgãos envolvidos, sendo fundamental a presença dos proprietários dos pesqueiros para que fiquem a par da situação.

Conforme o Diário da Serra já veiculou em edições anteriores, um estudo preliminar encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente apontou que aproximadamente 400 pesqueiros estão irregulares na região. “O objetivo não é chegar e retirar (quem utiliza os pesqueiros), muito pelo contrário, é para recompor”, relatou a Promotora de Justiça em substituição legal, Fabiana da Costa Silva Vieira.

“A ideia é recuperar essas áreas que tem à margem do Rio Sepotuba, mas isso não necessariamente implicará na



Audiência Pública ocorrerá no auditório da OAB

retirada dos pesqueiros. Quem tem lote de forma regular, quem aluga ou arrenda, tem que comparecer na audiência para

verificarmos como podemos fazer, e assim todos serem tratados de forma igual”, enfatizou Fabiana.



MS e MT têm buscado o equilíbrio no regramento

MEIO AMBIENTE

MS e MT criam termo com regras sobre uso do Pantanal

O objetivo é uniformizar a legislação e as políticas públicas

Correio do Estado

O Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, juntamente com o mesmo órgão de Mato Grosso, ciraram um Termo de Cooperação que será firmado entre os dois estados visando a uniformização e a compatibilização do regramento sobre o uso, gestão, conservação, proteção e preservação dos recursos naturais do Pantanal.

O termo foi finalizado nesta semana pelo O diretor-presidente do Imasul, Ricardo Eboli, e o secretário de Estado de Meio Ambiente de Mato

Grosso, André Luís Torres Baby.

Eboli considerou o acordo como o passo mais importante das autoridades ambientais dos dois estados em direção à gestão sustentável da planície pantaneira. “Os estados estão unidos pela gestão do bioma Pantanal. Temos legislações próprias sobre uso dos diversos recursos naturais, como pesca, atividades de ecoturismo, substitui-

“
Os estados estão unidos pela gestão do bioma Pantanal

ção de pastagem nativa, compensação de reserva legal, e com esse termo de cooperação vamos buscar uniformizar a legislação de forma harmônica para dinamizar e ampliar o alcance de nossas políticas e ações”, disse o presidente do Imasul.

Na visão do secretário André Baby, o que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul têm buscado é o equilíbrio no regramento visando preservar “o bem mais precioso do Pantanal”, que são seus recursos naturais, sobretudo a própria água. O objetivo do convênio é “uniformizar a legislação e as políticas públicas para não criar competitividade entre os estados, já que o Pantanal é um só”, falou o secretário.